

O esquema sugerido para os endividados

Dois estudos financiados com fundos privados refletem as atitudes das comunidades bancária e empresarial dos Estados Unidos em relação à questão da dívida brasileira. O primeiro foi publicado pela Sociedade das Américas, uma organização conservadora de banqueiros e empresários com sede em Nova York e presidida por David Rockefeller; o segundo é produto de uma conferência organizada pela Universidade de Miami e pela comunidade empresarial e bancária sediada nesse Estado. Os dois relatórios analisam as maiores preocupações dos banqueiros e empresários norte-americanos em relação à dívida externa latino-americana e à paralela recessão empresarial no hemisfério. Ao mesmo tempo, demonstram que as soluções que os grupos de Nova York e de Miami propõem dificilmente são iniciativas do setor privado. De fato, as "soluções" viáveis confirmam a crença de que bancos e empresas procuram a proteção dos enormes recursos e do poder do governo norte-americano e das entidades financeiras internacionais em seu benefício.

O tom adotado pelo relatório da Sociedade das Américas é uma mistura de otimismo e de cores meio sombrias. Em primeiro lugar, propõe a participação dos governos dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, bem como das principais agências internacionais de empréstimos, na busca de soluções a longo prazo para os atuais problemas. Ao mesmo tempo em que apóia o enfoque do setor privado em relação ao desenvolvimento econômico a longo prazo da América Latina — criando um melhor ambiente para o capital estrangeiro e reduzindo "a excessiva expansão das empresas pertencentes ao Estado" — o relatório deplora as políticas prevalecentes de industrialização substitutiva de importações, argumentando que elas não servem para solucionar os problemas das importações nem geram reservas estrangeiras suficientes para saldar os serviços referentes à dívida.

A Sociedade das Américas propõe ainda que a Overseas Private Investment Corporation, do governo norte-americano, amplie sua cobertura para transações financeiras na América Latina, bem como um aumento da contribuição financeira norte-americana ao Banco Mundial e ao FMI para fortalecer as atividades de investimentos privados no Continente.

O grupo de Miami, que incluía participantes do setor de Miami do Conselho das Américas, bem como representantes acadêmicos, empresariais e banqueiros, seguiu o enfoque defendido pelo grupo norteamericano, envolvendo o setor privado com financiamentos e garantias governamentais, mas com uma importante exceção. O grupo de Miami propôs a compra da dívida privada latino-americana pelos bancos centrais da região, afirmando que uma dívida soberana é mais facilmente renegociável que a dívida privada. O grupo de Miami procurou um menor

risco e uma melhor segurança para os empréstimos concedidos.

Outros pontos significativos incluíam a proposta de que o governo norte-americano convertesse parte da dívida latina em "assistência" e permitisse os pagamentos em divisas locais. De fato, os Estados Unidos interromperam esta prática em 1961, e desde então os pagamentos de todos os fundos concedidos foram feitos em dólares. O grupo de Miami também defendeu uma provisão da Reserva Federal de financiamento a longo prazo a 11,5% por vinte anos, de forma que os bancos norte-americanos, por sua vez, pudessem emprestar o dinheiro aos devedores latinos para estimular seu crescimento econômico.

A ironia está no fato de que este não é um enfoque característico do setor privado, mas uma variante do capitalismo estatal. Financiamentos diretos da Reserva Federal, garantias da Opep, um fluxo monetário em expansão do Banco Mundial e do FMI — todos constituem subsídios camuflados aos olhos do capitalismo norte-americano. Uma diferença entre o capitalismo defendido pelos grupos de Nova York e de Miami (uma vez que o sistema atual tem defeitos) e o sistema prevalecente na América Latina está no papel do Estado: o capitalismo norte-americano procura impor seus próprios termos a respeito do papel do governo, ao passo que na América Latina o governo costuma reservar o papel mais ativo para si mesmo.

O secretário do Tesouro, Donald Regan, informou ao comitê do Senado que o governo norte-americano está comprometido com uma solução de cinco fases para o problema da liquidez da dívida: (a) promover programas efetivos de ajustamento para os devedores, de forma que eles possam reduzir seus gastos inflacionados, eliminando subsídios e protecionismos e adotando amplas medidas de austeridade; (b) colocar à disposição financiamentos do FMI para cobrir déficits no balanço de pagamentos dos devedores; (c) fornecer fundos do governo norte-americano para empréstimos de emergência ou "ponte", e encorajar outros governos credores a agir da mesma maneira; (d) expandir os compromissos dos bancos comerciais, para emprestar mais dinheiro e (e) facilitar uma recuperação eficiente e rápida da economia mundial.

As metas oficiais da administração Reagan têm sido totalmente conservadoras e monetaristas no seu enfoque, longe das soluções intervencionistas para salvar os bancos, que foram propostas pela Sociedade das Américas e pelo grupo de Miami. Será necessária uma solução política para cobrir a diferença entre as posições divergentes do governo e do setor privado. Outros funcionários da administração Reagan propuseram um tratamento do tipo "cada caso é um caso" para o reescalonamento da dívida, evitando qualquer modalidade de negociação coletiva por parte dos devedores latinos.